



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC 505 261 898 \* Capital social 50.000 € \* S R O C n.º 176

Dep. de Administração Económica  
e Social  
11-12-2014  
P'lo Presidente da Câmara

*Ama Catarina Pinheiro*

Exmo. Senhor Presidente do Órgão  
Deliberativo do  
**MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS**  
Rua General César de Vasconcelos Correia  
2350-421 Torres Novas

*Aracina*

N/ Ref.ª 091214 – 1/MC

Guarda, 09 de Dezembro de 2014

ASSUNTO: Relatório Trimestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento e Ajustamento Financeiro – Setembro de 2014

Exmo. Senhor

No âmbito do nosso acompanhamento da execução do plano de saneamento e ajustamento financeiro, junto enviamos o relatório com referência a Setembro de 2014.

Com os melhores cumprimentos,

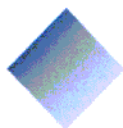
A Administração

Victor Manuel Lopes Simões

Sede  
Rua Bataha Reis, n.º 51, 2.º  
6300 – 668 GUARDA  
Tel: 271 227303 \* Fax: 271 227304  
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101  
3050 – 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 \* Fax: 239 841027  
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Delegação Viseu  
Av. Alberto Sampaio, n.º 65 – 1.º Post/Esq  
3510 – 030 VISEU  
Tel: 232 435277 \* Fax: 232 435279  
Email: cff.consultores@mail.telepac.pt



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176

Dep. de Administração Económica  
e Social  
11-12-2014  
P.º Presidente da Câmara

*Ana Catarina Pinheiro*

Exmo. Senhor Presidente do Órgão  
Deliberativo do  
**MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS**  
Rua General César de Vasconcelos Correia  
2350-421 Torres Novas

N/ Ref.ª 091214 – 1/MC

Guarda, 09 de Dezembro de 2014

ASSUNTO: Relatório Trimestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento e Ajustamento Financeiro – Setembro de 2014

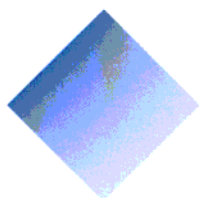
Exmo. Senhor

No âmbito do nosso acompanhamento da execução do plano de saneamento e ajustamento financeiro, junto enviamos o relatório com referência a Setembro de 2014.

Com os melhores cumprimentos,

A Administração

Victor Manuel Lopes Simões



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

---

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

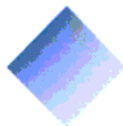
SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176

# **RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO E AJUSTAMENTO FINANCEIRO**



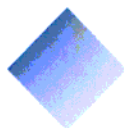
**MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS**  
**Setembro 2014**



## ÍNDICE

### Índice

1.	FUNDAMENTO, ÂMBITO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA.....	3
2.	DESCRIÇÃO DO EMPRÉSTIMO PAEL .....	3
3.	DESCRIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DE SANEAMENTO.....	4
4.	PAGAMENTOS EFETUADOS.....	4
5.	ACOMPANHAMENTO MEDIDAS GERAIS.....	6
6.	ACOMPANHAMENTO MEDIDAS ESPECIFICAS 2014.....	8
6.1.	RECEITAS.....	8
6.2.	DESPESAS .....	12
6.3.	RESUMO .....	17
7.	EVOLUÇÃO PATRIMONIAL .....	22
8.	CONCLUSÕES .....	23



## 1. FUNDAMENTO, ÂMBITO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA

O presente relatório consubstancia os resultados do trabalho relativo ao Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento e Ajustamento Financeiro do Município de Torres Novas.

Desta forma o presente relatório reporta-se a uma quinta avaliação com referência à data de 30 de Setembro de 2014 em termos de acompanhamento, coordenação e gestão do Estudo e respetiva execução do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e do Plano de Saneamento Financeiro.

Neste relatório voltamos a evidenciar as condições dos empréstimos e os pagamentos efetuados ao abrigo dos mesmos.

Efetua-se também uma análise prática da implementação das medidas previstas no Plano de Saneamento Financeiro, com especial enfoque nos desvios ocorridos entre o previsto e efetivamente realizado.

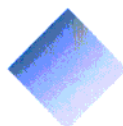
Confronta-se também o considerado no orçamento de 2014 com o previsto no plano para o presente ano e o previsto em termos de grandes rubricas patrimoniais com o efetivamente registado.

## 2. DESCRIÇÃO DO EMPRÉSTIMO PAEL

Conforme referido nos relatórios de acompanhamentos anteriores, foi aprovado e efetuado o empréstimo de PAEL com as seguintes condições em relação ao previsto:

PAEL	Previsto	Real
Montante Contratual	6.795.454 €	6.795.454 €
Taxa de Juro	2,54%	2,45%
Spread	0,15%	0,15%
Primeira Data de Reembolso	01-06-2013	15-11-2013
Última Data de Reembolso	01-12-2026	15-05-2027
Modo de Reembolso	Prestações Semestrais	Prestações Semestrais
N.º Anos	14	14
N.º Prestações	28	28
Pagamento de Juros	01/06 e 01/12	15/05 e 15/11





A primeira tranche foi efetivamente recebida em 26/08/2013 com o valor de 4.756.818€. A segunda tranche no valor de 2.038.636€ foi recebida a 30/12/2013 e contabilizada em Janeiro de 2014.

### 3. DESCRIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DE SANEAMENTO

Também conforme mencionado nos relatórios de acompanhamento anteriores, foram efetuados os empréstimos de saneamento na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Português de Investimento com as seguintes condições face às previstas:

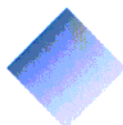
Empréstimos Saneamento	Previsto	Real
<b>CGD</b>		
Montante Contratual	5.000.000 €	5.000.000 €
Taxa de Juro	0,44%	Euribor 6 Meses
Spread	6,75%	6,25%
<b>BPI</b>		
Montante Contratual	1.503.814 €	1.503.814 €
Taxa de Juro	0,44%	Euribor 6 Meses
Spread	6,75%	6,75%

### 4. PAGAMENTOS EFETUADOS

#### PAEL

No plano elaborado a previsão de pagamentos por classe económica e patrimonial que justificavam o empréstimo de PAEL era a seguinte:

Classe Económica	Classe Patrimonial					Total
	221	261	262	267	268	
01			14.011	0	703.115	717.126
02	3.444.768	41.031			42.145	3.527.944
03	2.878				114.718	117.596
04	23.685				864.996	888.682
05					19.277	19.277
06	12.122				11	12.133
07	136.764	1.170.761			11.940	1.319.465
08	9.465	16.155			167.611	193.231
Total	3.629.682	1.227.946	14.011	0	1.923.814	6.795.454



Após o recebimento das duas tranches do empréstimo (a ultima tranche foi registada em Janeiro de 2014) verifica-se que a totalidade do empréstimo concedido foi de 6.778.372€, sendo a diferença de 17.081€ relativa a estornos não aprovados.

O Município efetuou os pagamentos decorrentes do PAEL até Abril de 2014, estando apenas por conciliar alguns itens relativos a situações extraordinárias como a não apresentação de certidão de não dívida dos credores, o falecimento de alguns credores estando a aguardar-se a habilitação de herdeiros, processos de penhora, etc.

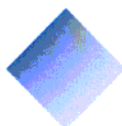
Assim foram efetuados os seguintes pagamentos por classe económica e patrimonial:

Classe Económica	Classe Patrimonial				Total
	221	261	262	268	
01			9.134	703.115	712.249
02	3.318.978	41.031		41.965	3.401.974
03	2.876			91.850	94.727
04	23.685			810.358	834.043
05				19.277	19.277
06	12.026			11	12.037
07	136.764	1.119.692		9.776	1.266.232
08	9.465	16.155		103.195	128.814
Total	3.503.795	1.176.877	9.134	1.779.547	6.469.354

Salienta-se que os pagamentos efetuados até Abril de 2014 são superiores às tranches recebidas em 612.048€ devido a terem sido efetuados adiantamentos de pagamentos por receitas próprias.

Deste montante adiantado, temos que 326.100€ serão de considerar pagamentos ao abrigo do PAEL, uma vez que são o que resulta da diferença entre o montante recebido e pago:

Classe Económica	Classe Patrimonial				Total
	221	261	262	268	
01	0	0	4.876	0	4.876
02	125.790	0	0	180	125.970
03	1	0	0	22.868	22.869
04	0	0	0	54.639	54.639
05	0	0	0	0	0
06	96	0	0	0	96
07	0	51.069	0	2.164	53.233
08	0	0	0	64.416	64.416
Total	125.888	51.069	4.876	144.267	326.100



## SANEAMENTO FINANCEIRO

No plano elaborado a previsão de pagamentos por classe económica e patrimonial que justificavam os empréstimos de Saneamento era a seguinte:

Classe Económica	Classe Patrimonial						Total
	221	228	261	262	264	268	
01				22.510		51.655	74.165
02	3.235.143	12.319	24.722			25.819	3.298.003
03						213.300	213.300
04	16.336	970				128.529	145.835
05		57.254			190.861	22.217	270.332
06	588		90.000			8.705	99.293
07	72.189		2.163.547				2.235.736
08			111.220			55.928	167.148
Total	3.324.256	70.543	2.389.489	22.510	190.861	506.155	6.503.814

Com a entrada dos valores dos empréstimos nas contas do Município, foram até 31-12-2013 efetuados os seguintes pagamentos:

Classe Económica	Empréstimo BPI	Empréstimo CGD	Total
01		87.777	87.777
02	333.695	3.823.640	4.157.335
03		114.765	114.765
04		109.582	109.582
05		104.237	104.237
06		99.486	99.486
07	1.136.241	595.257	1.731.498
08		69.443	69.443
Total	1.469.936	5.004.188	6.474.124

Assim foi efetuada a totalidade dos pagamentos do Saneamento até 31-12-2013, sendo que existiram retenções no empréstimo do BPI e pagamentos por caixa de cerca de 56.000€.

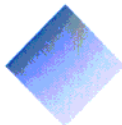
## 5. ACOMPANHAMENTO MEDIDAS GERAIS

No Plano de Saneamento foram consideradas seis medidas gerais, cujos impactos, pela transversalidade das medidas não são facilmente quantificáveis.

A saber,

- 🚧 Implementação do Orçamento de base zero;
- 🚧 Reapreciação das participações financeiras e associativismo em conformidade com a Lei n.º 50/2012;



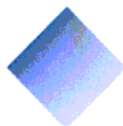


- ✚ Elaboração e Implementação do Plano de Eficiência Energética;
- ✚ Revisão da NCI, nomeadamente procedimentos de Contratação Pública e Cobranças;
- ✚ Reforço da contabilidade analítica;
- ✚ Redução/racionalização das despesas e dos auto-consumos;

Em termos de prazo de implementação no plano considerou-se que as três primeiras medidas enunciadas seriam implementadas em 2013 e as restantes sem data específica de implementação.

Conforme referido nos relatórios de acompanhamento anteriores todas as medidas, à exceção da implementação do Orçamento de base zero, foram implementadas em 2013. No entanto, temos informação que se encontram em fase de adoção os princípios e regras subjacentes à elaboração de Orçamento de base zero e foram aplicados quase na totalidade na elaboração do Orçamento para o ano de 2015.

No entanto já foram introduzidas em 2012 e 2013 metodologias subjacentes ao Orçamento de base zero, nomeadamente revisão de contratos pendentes com resolução de alguns, bem como a avaliação e redução de custos gerais e de economato, por unidade orgânica.



## 6. ACOMPANHAMENTO MEDIDAS ESPECIFICAS 2014

A análise e acompanhamento da implementação das medidas específicas é efetuada sobretudo através da comparação da execução orçamental com referência ao período em apreço com os montantes previstos no plano para o ano de 2014. Chama-se a atenção que a execução dada entre os montantes executados e os montantes previstos no plano deve ser considerada comparando com uma base de execução normal de 75% (execução esperada em nove meses, sem considerar a sazonalidade das receitas e despesas).

### 6.1. RECEITAS

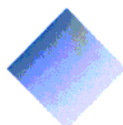
O total de receitas previstas para o ano de 2014 era de 26.492.590€. O total de receitas realizadas no final do terceiro trimestre de 2014 cifrou-se em 19.589.702€, pelo que se regista até à data uma percentagem de execução total de 73,94%.

Rubricas	Previsto	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	Total Setembro 2014	% Execução
Receitas Correntes	19 980 887	3 970 499	6 104 124	6 215 363	16 289 986	81,53%
Receitas Capital	6 511 703	2 386 048	426 266	487 401	3 299 715	50,67%
<b>Total</b>	<b>26 492 590</b>	<b>6 356 548</b>	<b>6 530 390</b>	<b>6 702 764</b>	<b>19 589 702</b>	<b>73,94%</b>

Em termos de receitas totais verifica-se um comportamento de execução ligeiramente abaixo do previsto (percentagem de execução até ao terceiro trimestre de 73,94%).

Em relação às receitas de capital verifica-se que o desvio é desfavorável, no sentido de que até à data foram arrecadas menos receitas de capital do que o esperado (percentagem de execução do terceiro trimestre de 50,67%). As rubricas que participaram para este resultado foram as transferências de capital, decorrente do deslizamento de obras financiadas, e a alienação de imóveis, pela não reacção do mercado a uma hasta pública efectuada para alienação destes bens. Estava prevista mais uma hasta pública para a Agosto que, por sobreposição de trabalho do Serviço de Património, não foi realizada. Será instruído ainda um processo em Dezembro.

No entanto, as receitas correntes apresentam uma execução superior ao previsto para os primeiros nove meses do ano, sendo a percentagem de execução de 81,53% (face a um previsto teórico de 75%).



Em termos de rubricas económicas verifica-se que os maiores desvios positivos face ao previsional (% execução superior a 70%) foram registados nas rubricas de:

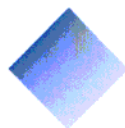
- IMT - percentagem de execução de 157,64%;
- Transferências correntes – percentagem de execução de 87,93%;
- Outras receitas correntes – percentagem de execução de 214,35%;

Por outro lado os maiores desvios negativos nas receitas (% execução inferior a 75%) foram registados nas seguintes rubricas:

- IMI – percentagem de execução de 74% (receita com previsão significativa para Dezembro);
- Derrama – percentagem de execução de 72,96%;
- Impostos indirectos – percentagem de execução de 43,63%;
- Rendimentos de propriedade – percentagem de execução de 68,38%;
- Venda de bens e serviços correntes – percentagem de execução de 51,46%;
- Venda de bens de investimento – percentagem de execução de 11,94% (receita com previsão de hasta pública em Dezembro);
- Transferências de capital – percentagem de execução de 19,98% - deslizamento de obras financiadas, com efeito equivalente do lado da despesa.

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto e realizado em 2014 em termos de receitas correntes:

Descrição	2014					
	Previsional Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
Receitas correntes	19.980.887,33	3.970.499,20	6.104.123,99	6.215.363,24	16.289.986,43	81,53%
Impostos directos	6.528.274,28	363.756,26	2.613.149,44	2.831.060,17	5.807.965,87	88,97%
IMI	4.061.473,66	112.030,54	2.198.774,47	694.808,30	3.005.613,31	74,00%
IMT	1.039.674,44	0,00	177.931,45	1.461.049,07	1.638.980,52	157,64%
Derrama	755.991,75	47.445,37	29.760,68	474.352,19	551.558,24	72,96%
Outros	671.134,44	204.280,35	206.682,84	200.850,61	611.813,80	91,16%
Impostos indirectos	873.277,87	132.674,76	122.331,08	125.986,35	380.992,19	43,63%
Taxas, multas e outras penalidades	437.108,14	74.025,89	97.227,86	99.624,66	270.878,41	61,97%
Taxas	390.554,08	61.414,61	80.205,47	82.254,42	223.874,50	57,32%
Multas	46.554,06	12.611,28	17.022,39	17.370,24	47.003,91	100,97%
Rendimentos da propriedade	1.312.234,64	301.805,24	297.750,85	297.747,27	897.303,36	68,38%
Transferências correntes	8.652.179,58	2.639.472,69	2.585.002,32	2.383.133,88	7.607.608,89	87,93%
Venda de bens e serviços correntes	2.052.204,40	362.724,96	321.019,51	372.251,96	1.055.996,43	51,46%
Venda de bens	10.569,00	3.970,80	1.483,74	707,65	6.162,19	58,30%
Serviços	1.951.439,21	346.539,46	308.695,40	360.048,41	1.015.283,27	52,03%
Rendas	90.196,19	12.214,70	10.840,37	11.495,90	34.550,97	38,31%
Outras receitas correntes	125.608,41	96.039,40	67.642,93	105.558,95	269.241,28	214,35%



No que diz respeito aos impostos diretos, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 88,97%, principalmente justificada pela execução das receitas relativas a IMI e a IMT.

Em termos de IMT a execução do final do terceiro trimestre cifra-se em 157,64% devido sobretudo a prestação recebida em Julho que ascendeu a cerca de 1.300.000€.

O IUC (considerado na rubrica de outros) apresenta uma execução acima do previsto.

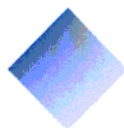
Na classe económica das taxas, multas e outras penalidades verifica-se que apesar da rubrica de multas apresentar uma execução positiva, é a rubrica das taxas que tem mais peso nestas receitas e apresenta uma execução de 57,32%. Esta rubrica está sobretudo influenciada pela subrubrica dos loteamentos e obras que tinha como previsão para 2014 uma receita total de 390.554€ e registou um total de receita arrecadada nos primeiros nove meses do ano de 223.875€, devido sobretudo à desaceleração dos loteamentos e da implementação do Licenciamento Zero que conduziu à não cobrança de publicidade, ocupação de via pública.

Os rendimentos de propriedade não apresentam desvios significativos (% de execução de 68,38%), sendo que as principais receitas são dadas pelas rendas dos bens de domínio público.

No que diz respeito às receitas das transferências correntes a sua execução encontra-se acima do previsto (% de execução de 87,93%), destacando-se o Fundo de Equilíbrio Financeiro que a 30 de Setembro representava uma receita de 4.420.791€.

Relativamente à venda de bens e serviços correntes temos que a rubrica de venda de serviços está bastante desfasada do previsto para 2014. Assim, dos cerca de 1.950.000€ previstos para o ano de 2014, foram executados até Setembro cerca de 1.055.996€. Se a este valor somarmos o valor da receita liquidada por cobrar (249.178,33€) apuramos o valor de 1.305.174,33€, que representa 66,93% da execução prevista. Esclarece-se também que a previsão foi efectuada considerando a actualização tarifária reportada a Janeiro de 2014, a que se iria ajustar o tarifário para a cobertura do resultado negativo de exploração. Este ajuste ao tarifário não foi deliberado pelo Executivo.





Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto e realizado em 2014 em termos de receitas de capital:

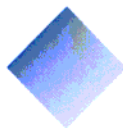
Descrição	2014					
	Previsional Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
Receitas de capital	6.511.702,84	2.386.020,19	426.266,39	487.400,55	3.299.687,13	50,67%
Venda de bens de investimento	893.180,47	0,00	53.319,49	53.319,49	106.638,98	11,94%
Terrenos	662.058,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Habitações	154.567,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Edifícios	76.555,02	0,00	53.319,49	53.319,49	106.638,98	139,30%
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Transferências de capital	5.606.258,20	364.465,56	321.537,81	434.081,06	1.120.084,43	19,98%
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1.864.780,00	163.731,00	163.731,00	163.731,00	491.193,00	26,34%
Participação comunitária em projectos co-financiados e	3.741.478,20	200.734,56	157.806,81	270.350,06	628.891,43	16,81%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	0,00	2.021.554,63	0,00	0,00	2.021.554,63	100,00%
Outras receitas de capital	12.264,17	0,00	51.409,09	0,00	51.409,09	419,18%
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	28,28	0,00	0,00	28,28	0,00%

Em termos de vendas de bens de investimento foi prevista uma receita de 893.181€ e arrecadada até Setembro um total de 106.639€ (percentagem de execução muito reduzida – 11,94%). Este montante arrecadado é relativo à venda em hasta Pública de um prédio urbano no Largo General Humberto Delgado, cujo valor total de alienação ascendeu a 106.639€ e foi realizado 50% até Junho, tendo os restantes 50% sido realizados em Julho com a realização da escritura.

A taxa de execução de Fundos Comunitários no terceiro trimestre representa uma execução de 16,81% face ao total previsto para o ano.

Esta receita está diretamente ligada à despesa em bens de capitais que apresenta uma execução baixa (cerca de 36,01%). Por outro lado, em final de Setembro estavam efetuados pedidos de pagamento a aguardar recebimento no valor de cerca de 1.258.000€ o que corrigiria a taxa de execução da rubrica de receitas dos Fundos Comunitários para 50%. A taxa de execução neste trimestre tem ainda a influência do deslizamento de obras de investimento, de uma dimensão considerável, e que teve o ajustamento nos documentos previsionais em Novembro, através de uma revisão, o que irá permitir uma taxa de execução muito próxima da previsão.





Destacamos que a percentagem de execução das receitas de capital (50,67%) está fortemente influenciada pelo registo da última tranche do PAEL em 2014 no valor de 2.021.555€.

Ou seja, a execução dos nove primeiros meses do ano situa-se abaixo dos 75% expectáveis (apesar de existirem rubricas afetadas pela sazonalidade) o que aliado aos desvios ocorridos no ano anterior nos permite concluir que as receitas previstas para 2014 não serão realizadas, acrescentando um desvio desfavorável face ao plano previsional inicial.

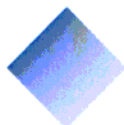
## 6.2. DESPESAS

O total de despesas previstas para o ano de 2014 é de 26.769.877€. O total de despesas realizadas nos três primeiros trimestres de 2014 cifrou-se em 16.661.253€, pelo que se regista até à data uma percentagem de execução de 62,24%.

Rubricas	Previsto	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	Total Setembro 2014	% Execução
Despesa corrente	17 276 162	4 695 900	4 415 519	3 521 312	12 632 732	73,12%
Despesa de capital	9 493 715	1 580 128	1 276 160	1 172 233	4 028 521	42,43%
<b>Total</b>	<b>26 769 877</b>	<b>6 276 028</b>	<b>5 691 679</b>	<b>4 693 546</b>	<b>16 661 253</b>	<b>62,24%</b>

Em termos de despesas correntes e de capital verifica-se que o desvio mais acentuado é referente às despesas de capital, com uma percentagem de execução de 42,43%.

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto e realizado em 2014 em termos de despesas correntes:



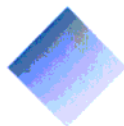
Descrição	2014					
	Previsional Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
<b>Despesas correntes</b>	<b>17.276.161,82</b>	<b>4.695.900,11</b>	<b>4.415.519,05</b>	<b>3.521.312,48</b>	<b>12.632.731,64</b>	<b>73,12%</b>
Despesas com o pessoal	8.745.977,25	1.770.022,11	2.217.917,18	1.909.788,36	5.897.727,65	67,43%
Remunerações certas e permanentes	7.079.623,12	1.361.216,58	1.743.935,40	1.384.385,40	4.489.537,38	63,41%
Abonos variáveis ou eventuais	224.585,11	29.826,27	48.109,76	21.914,10	99.850,13	44,46%
Segurança social	1.441.769,02	378.979,26	425.872,02	503.488,86	1.308.340,14	90,75%
Aquisição de bens e serviços	<b>6.229.718,06</b>	<b>2.283.409,06</b>	<b>1.671.112,05</b>	<b>1.293.625,77</b>	<b>5.248.146,88</b>	<b>84,24%</b>
Aquisição de bens	1.198.375,84	484.691,25	334.497,80	220.867,73	1.040.056,78	86,79%
Aquisição de serviços	5.031.342,22	1.798.717,81	1.336.614,25	1.072.758,04	4.208.090,10	83,64%
Juros e outros encargos	<b>869.606,51</b>	<b>206.783,71</b>	<b>225.709,87</b>	<b>133.076,32</b>	<b>565.569,90</b>	<b>65,04%</b>
Resultantes do PAEL	171.424,32	0,00	0,00	2.908,84	2.908,84	1,70%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo	698.182,19	206.783,71	225.709,87	130.167,48	562.661,06	80,59%
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Transferências correntes	<b>13.666,00</b>	<b>260.659,79</b>	<b>81.390,75</b>	<b>75.989,40</b>	<b>418.039,94</b>	<b>3058,98%</b>
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	1.635,00	1.635,00	1.635,00	4.905,00	100,00%
Freguesias	13.666,00	123.075,16	15.000,00	1.832,51	139.907,67	1023,76%
Associações de municípios	0,00	52.172,63	31.586,27	31.467,49	115.226,39	100,00%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	82.397,00	31.972,37	31.054,40	145.423,77	100,00%
Famílias	0,00	1.380,00	0,00	0,00	1.380,00	100,00%
Outras	0,00	0,00	1.197,11	10.000,00	11.197,11	100,00%
Subsídios	<b>47.420,81</b>	<b>156.712,85</b>	<b>48.376,24</b>	<b>29.433,31</b>	<b>234.522,40</b>	<b>494,56%</b>
Empresas públicas municipais e intermunicipais	47.420,81	122.610,03	7.500,00	4.500,00	134.610,03	283,86%
Famílias	0,00	34.102,82	40.876,24	24.933,31	99.912,37	100,00%
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras despesas correntes	1.369.773,19	18.312,59	171.012,96	79.399,32	268.724,87	19,62%

No que diz respeito às despesas com pessoal, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 67,43%.

Quer a rubrica de aquisição de bens, quer a rubrica de aquisição de serviços apresentam uma execução acima do previsto para o acumulado do terceiro trimestre, com taxas de execução de 86,79% e 83,64% respetivamente.

No que diz respeito às transferências correntes previsionalmente foi considerado um valor anual de transferências de cerca de 13.000€, sendo que até Setembro de 2014 foram realizadas transferências no montante de 418.076€ (sobretudo para as freguesias com valores em atraso de anos anteriores e que foram liquidados no âmbito do PAEL, uma vez que não tem sido deliberadas novas transferências);

Em relação aos subsídios no plano inicial e com o pressuposto de que a empresa Turrisespaços seria internalizada, os subsídios considerados ascendiam a cerca de 47.000€. Apenas em



Setembro de 2014 existiu decisão sobre o futuro da Empresa Municipal. A execução apresentada nesta rubrica diz respeito, tal como com as freguesias, a despesa de anos anteriores liquidada durante o ano em curso, no valor de 130.000€. Por conta do ano de 2014 não existiu qualquer transferência de subsídios para a empresa municipal.

Em 03 de Setembro de 2014 foi aprovada em Assembleia Municipal a dissolução da empresa Municipal Turrisespacos e aprovado o plano de internalização da dita empresa.

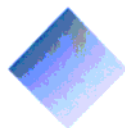
Na rubrica de outras despesas correntes a taxa de execução a Setembro de 2014, face ao valor previsto anualmente, é de 19,62%, ou seja, dos 1.369.773€ previsto para despesas desta rubrica foram efetivamente pagos 268.725€. Este desvio é sobretudo referente ao valor de 1.137.017€ previsto para fazer face a processos judiciais em curso que ainda não tiveram efetivamente decisão e portanto ainda não geraram o exfluxo de meios financeiros. Foi efectuado o ajustamento na Revisão em Novembro, mediante o estado de cada processo à data da mesma, pelo que a taxa de execução final será mais próxima do previsto. Pelo que apurámos atualmente o valor atual das provisões ascende a cerca de 4.000.000€, sobretudo pela entrada de um processo (1353/13.9 BELRA) que tem um valor estimado de 3.000.000€.

Assim, a previsão temporal do exfluxo é a seguinte:

Ano	2014	2015	2016	Total
Valor dos Processos Judiciais em Curso	0 €	321 849 €	3 722 500 €	4 044 349 €

Sendo que no plano inicial a situação prevista era a seguinte:

Ano	2013	2014	2015	Total
Valor dos Processos Judiciais em Curso	503 505 €	1 137 017 €	60 000 €	1 700 522 €



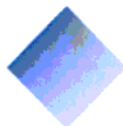
Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto e realizado em 2014 em termos de despesas de capital:

Descrição	2014					
	Previsional Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
<b>Despesas de capital</b>	<b>9.493.715,26</b>	<b>1.580.128,33</b>	<b>1.276.159,62</b>	<b>1.172.233,15</b>	<b>4.028.521,10</b>	<b>42,43%</b>
Aquisição de bens de capital	5.792.903,56	921.056,91	371.304,69	793.498,99	2.085.860,59	36,01%
Investimentos	4.652.058,41	577.870,97	254.784,99	626.430,78	1.459.086,74	31,36%
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Habitacões	0,00	55,03	0,00	0,00	55,03	100,00%
Edifícios	4.114.683,51	450.178,05	228.256,36	565.521,74	1.243.956,15	30,23%
Construções diversas	250.000,00	20.055,08	0,00	0,00	20.055,08	8,02%
Outros	287.374,90	107.582,81	26.528,63	60.909,04	195.020,48	67,86%
Locação financeira	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00%
Bens de domínio público	1.140.845,15	343.185,94	116.519,70	167.068,21	626.773,85	54,94%
Transferências de capital	0,00	23.865,21	2.325,00	1.421,00	27.611,21	100,00%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	8.154,16	0,00	0,00	8.154,16	100,00%
Freguesias	0,00	1.478,36	0,00	0,00	1.478,36	100,00%
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	14.232,69	0,00	0,00	14.232,69	100,00%
Famílias	0,00	0,00	2.325,00	1.421,00	3.746,00	100,00%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	3.700.811,69	635.206,21	902.529,93	377.313,16	1.915.049,30	51,75%
Resultantes do PAEL	411.624,82	0,00	244.758,73	0,00	244.758,73	59,46%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo	3.289.186,87	635.206,21	657.771,20	377.313,16	1.670.290,57	50,78%
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

Conforme já referido as despesas de capital apresentam percentagens de execução reduzidas.

Primeiramente a aquisição de bens de investimento onde se encontravam previstos 5.792.904€ a realizar em 2014, apresenta um total de despesa paga até Setembro de 2014 de 2.085.860€, apresentando no final do terceiro trimestre uma execução de 36,01%, fruto de situação anteriormente expostas, ou seja, actualização dos cronogramas financeiros que teve efeitos na previsão actualizada no Orçamento só a partir de Novembro.





Das obras inicialmente previstas para o ano de 2014 foram realizadas as seguintes:

Código	Ano	Número	Descrição	Previsto	Executado
5101	2012	84	EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E DE LAZER JUNTO DO CENTRO ESCOLAR DE OLAIA	100 000 €	
232	2011	162	REQUALIFICACAO ESCOLA MANUEL FIGUEIREDO-OBRA	2 764 684 €	33 127 €
1001	2012	31	BENEFICIACOES E GRANDES REPARACOES EM JARDINS DE INFANCIA DO CONCELHO	25 000 €	
1002	2012	32	BENEFICIACOES E GRANDES REPARACOES EM EDIFICIOS ESCOLARES DO 1º CICLO CEB	25 000 €	
			GERIPARQUE	250 000 €	
			EDIFÍCIOS	150 000 €	
			CONSTRUÇÕES DIVERSAS E INFRAESTRUTURAS	1 050 000 €	
90902	2012	30	AQUISICAO EQUIPAMENTO INFORMATICO	30 000 €	19 578 €
1304	2012	124	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES MATERIAL TRANSPORTE	7 375 €	4 268 €
			EQUIPAMENTOS DIVERSOS	250 000 €	
1088	2009	217	PAV.URB.LIGAÇÃO A LAPAS	152 269 €	17 804 €
			BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	100 000 €	
5	2009	197	REQUALIFICACAO ETAR'S	159 800 €	109 261 €
801	2009	290	OBRA - PARQUE URBANO-MATA DOS MESIOES	528 776 €	
1188	2012	105	QUINTA DA PEGA - MARSIMOVEL - ARRANJOS EXTERIORES	200 000 €	0 €
Total				5 792 904 €	184 038 €

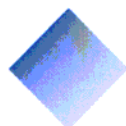
Assim, das obras previstas no plano no montante de 5.792.904€, apenas foram realizados trabalhos em quatro obras no total de 184.038€, sendo a razão, uma vez mais, a do adiamento na execução de obras previstas no plano inicial e que irá ser responsável, até ao ajustamento do plano, de desvios nesta grandeza.

No entanto o Município realizou em 2014 até Setembro de 2014 cerca de 2.086.000€ em obras das quais destacamos as três com montantes executados mais elevados:

Código	Ano	Número	Descrição	Previsto	Executado
90201	2008	166	Torres Novas/S.Giao	885 930 €	850 781 €
311	2005	229	RECUPERAÇÃO DA CASA DA LEZIRIA	295 547 €	249 948 €
1169	2009	229	ESTRADA COTOAS/CAVEIRA/BOQUILOBO	231 082 €	204 841 €
Total				1 412 559 €	1 305 570 €

Ou seja, a execução dos nove primeiros meses do ano situa-se abaixo dos 75% expectáveis (apesar de existirem rubricas afetadas pela sazonalidade) o que aliado aos desvios ocorridos no ano anterior nos permite concluir que as despesas previstas para 2014 não serão realizadas, acrescentando um desvio desfavorável face ao plano previsional inicial. No entanto, a redução das despesas de investimento afectam positivamente o saldo final da gerência, ou seja o saldo de tesouraria.



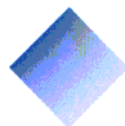


### 6.3. RESUMO

Salientamos novamente que o orçamento de 2014 não estava em linha com o previsto no plano de saneamento para o mesmo ano, apresentando as seguintes diferenças, que devem ser articuladas nas componentes que podem introduzir desvios relevantes ou desvirtuar o plano em matéria de equilíbrio financeiro:

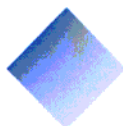
Receitas	Previsto Plano	Orçamento 2014	Desvio Plano vs Orçamento	Executado 30-06-2014
IMPOSTOS DIRECTOS	6 528 274	5 512 348	1 015 926	2 976 906
IMPOSTOS INDIRECTOS	873 278	2 767 759	-1 894 481	255 006
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	437 108	671 169	-234 061	171 254
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 312 235	1 186 859	125 375	599 556
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8 652 180	9 829 489	-1 177 309	5 224 475
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 052 204	1 438 432	613 773	683 744
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	125 608	389 169	-263 560	163 682
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	893 180	1 010 114	-116 934	53 319
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5 606 258	8 392 378	-2 786 119	686 003
PASSIVOS FINANCEIROS	0	2 310 592	-2 310 592	2 021 555
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	12 264	10 000	2 264	51 409
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	0	10	-10	28
Total	26 492 590	33 518 318	-7 025 728	12 886 938

Despesas	Previsto Plano	Orçamento 2014	Desvio Plano vs Orçamento	Executado 30-06-2014
DESPESAS COM O PESSOAL	8 745 977	7 337 141	1 408 836	3 987 939
AQUISIÇÃO DE BENS E SERV	6 229 718	9 514 796	-3 285 078	3 954 521
JUROS E OUTROS ENCARGOS	869 607	978 592	-108 985	432 494
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13 666	561 317	-547 651	342 051
SUBSÍDIOS	47 421	983 034	-935 613	205 089
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	1 369 773	1 215 589	154 184	189 326
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAP	5 792 904	9 315 183	-3 522 279	1 292 362
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITA	0	64 239	-64 239	26 190
PASSIVOS FINANCEIROS	3 700 812	3 548 428	152 384	1 537 736
Total	26 769 877	33 518 318	-6 748 441	11 967 707



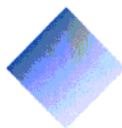
Apresentam-se os resumos globais de execução de receitas e despesas no final do terceiro trimestre:

Descrição	2014					
	Previsional Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
<b>Receitas correntes</b>	<b>19.980.887,33</b>	<b>3.970.499,20</b>	<b>6.104.123,99</b>	<b>6.215.363,24</b>	<b>16.289.986,43</b>	<b>81,53%</b>
Impostos directos	6.528.274,28	363.756,26	2.613.149,44	2.831.060,17	5.807.965,87	88,97%
IMI	4.061.473,66	112.030,54	2.198.774,47	694.808,30	3.005.613,31	74,00%
IMI	1.039.674,44	0,00	177.931,45	1.461.049,07	1.638.980,52	157,64%
Derrama	755.991,75	47.445,37	29.760,68	474.352,19	551.558,24	72,96%
Outros	671.134,44	204.280,35	206.682,84	200.850,61	611.813,80	91,16%
Impostos indirectos	873.277,87	132.674,76	122.331,08	125.986,35	380.992,19	43,63%
Taxas, multas e outras penalidades	437.108,14	74.025,89	97.227,86	99.624,66	270.878,41	61,97%
Taxas	390.554,08	61.414,61	80.205,47	82.254,42	223.874,50	57,32%
Multas	46.554,06	12.611,28	17.022,39	17.370,24	47.003,91	100,97%
Rendimentos da propriedade	1.312.234,64	301.805,24	297.750,85	297.747,27	897.303,36	68,38%
Transferências correntes	8.652.179,58	2.639.472,69	2.585.002,32	2.383.133,88	7.607.608,89	87,93%
Venda de bens e serviços correntes	2.052.204,40	362.724,96	321.019,51	372.251,96	1.055.996,43	51,46%
Venda de bens	10.569,00	3.970,80	1.483,74	707,65	6.162,19	58,30%
Serviços	1.951.439,21	346.539,46	308.695,40	360.048,41	1.015.283,27	52,03%
Rendas	90.196,19	12.214,70	10.840,37	11.495,90	34.550,97	38,31%
Outras receitas correntes	125.608,41	96.039,40	67.642,93	105.558,95	269.241,28	214,35%
<b>Receitas de capital</b>	<b>6.511.702,84</b>	<b>2.386.020,19</b>	<b>426.266,39</b>	<b>487.400,55</b>	<b>3.299.687,13</b>	<b>50,67%</b>
Venda de bens de investimento	893.180,47	0,00	53.319,49	53.319,49	106.638,98	11,94%
Terrenos	662.058,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Habitações	154.567,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Edifícios	76.555,02	0,00	53.319,49	53.319,49	106.638,98	139,30%
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Transferências de capital</b>	<b>5.606.258,20</b>	<b>364.465,56</b>	<b>321.537,81</b>	<b>434.081,06</b>	<b>1.120.084,43</b>	<b>19,98%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1.864.780,00	163.731,00	163.731,00	163.731,00	491.193,00	26,34%
Participação comunitária em projectos co-financiados e outras	3.741.478,20	200.734,56	157.806,81	270.350,06	628.891,43	16,81%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	0,00	2.021.554,63	0,00	0,00	2.021.554,63	100,00%
Outras receitas de capital	12.264,17	0,00	51.409,09	0,00	51.409,09	419,18%
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	28,28	0,00	0,00	28,28	0,00%
<b>Total receita</b>	<b>26.492.590,17</b>	<b>6.356.547,67</b>	<b>6.530.390,38</b>	<b>6.702.763,79</b>	<b>19.589.701,84</b>	<b>73,94%</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>19.980.887,33</b>	<b>3.970.499,20</b>	<b>6.104.123,99</b>	<b>6.215.363,24</b>	<b>16.289.986,43</b>	<b>81,53%</b>
<b>Receitas de capital</b>	<b>6.511.702,84</b>	<b>2.386.020,19</b>	<b>426.266,39</b>	<b>487.400,55</b>	<b>3.299.687,13</b>	<b>50,67%</b>



Descrição	2014					
	Previsional Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
<b>Despesas correntes</b>	<b>17.276.161,82</b>	<b>4.695.900,11</b>	<b>4.415.519,05</b>	<b>3.521.312,48</b>	<b>12.632.731,64</b>	<b>73,12%</b>
Despesas com o pessoal	8.745.977,25	1.770.022,11	2.217.917,18	1.909.788,36	5.897.727,65	67,43%
Remunerações certas e permanentes	7.079.623,12	1.361.216,58	1.743.935,40	1.384.385,40	4.489.537,38	63,41%
Abonos variáveis ou eventuais	224.585,11	29.826,27	48.109,76	21.914,10	99.850,13	44,46%
Segurança social	1.441.769,02	378.979,26	425.872,02	503.488,86	1.308.340,14	90,75%
Aquisição de bens e serviços	6.229.718,06	2.283.409,06	1.671.112,05	1.293.625,77	5.248.146,88	84,24%
Aquisição de bens	1.198.375,84	484.691,25	334.497,80	220.867,73	1.040.056,78	86,79%
Aquisição de serviços	5.031.342,22	1.798.717,81	1.336.614,25	1.072.758,04	4.208.090,10	83,64%
Juros e outros encargos	869.606,51	206.783,71	225.709,87	133.076,32	565.569,90	65,04%
Resultantes do PAEL	171.424,32	0,00	0,00	2.908,84	2.908,84	1,70%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	698.182,19	206.783,71	225.709,87	130.167,48	562.661,06	80,59%
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Transferências correntes</b>	<b>13.666,00</b>	<b>260.659,79</b>	<b>81.390,75</b>	<b>75.989,40</b>	<b>418.039,94</b>	<b>3058,98%</b>
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	1.635,00	1.635,00	1.635,00	4.905,00	100,00%
Freguesias	13.666,00	123.075,16	15.000,00	1.832,51	139.907,67	1023,76%
Associações de municípios	0,00	52.172,63	31.586,27	31.467,49	115.226,39	100,00%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	82.397,00	31.972,37	31.054,40	145.423,77	100,00%
Famílias	0,00	1.380,00	0,00	0,00	1.380,00	100,00%
Outras	0,00	0,00	1.197,11	10.000,00	11.197,11	100,00%
<b>Subsídios</b>	<b>47.420,81</b>	<b>156.712,85</b>	<b>48.376,24</b>	<b>29.433,31</b>	<b>234.522,40</b>	<b>494,56%</b>
Empresas públicas municipais e intermunicipais	47.420,81	122.610,03	7.500,00	4.500,00	134.610,03	283,86%
Famílias	0,00	34.102,82	40.876,24	24.933,31	99.912,37	100,00%
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras despesas correntes	1.369.773,19	18.312,59	171.012,96	79.399,32	268.724,87	19,62%
<b>Despesas de capital</b>	<b>9.493.715,26</b>	<b>1.580.128,33</b>	<b>1.276.159,62</b>	<b>1.172.233,15</b>	<b>4.028.521,10</b>	<b>42,43%</b>
Aquisição de bens de capital	5.792.903,56	921.056,91	371.304,69	793.498,99	2.085.860,59	36,01%
Investimentos	4.652.058,41	577.870,97	254.784,99	626.430,78	1.459.086,74	31,36%
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Habitacões	0,00	55,03	0,00	0,00	55,03	100,00%
Edifícios	4.114.683,51	450.178,05	228.256,36	565.521,74	1.243.956,15	30,23%
Construções diversas	250.000,00	20.055,08	0,00	0,00	20.055,08	8,02%
Outros	287.374,90	107.582,81	26.528,63	60.909,04	195.020,48	67,86%
Locação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Bens de domínio público	1.140.845,15	343.185,94	116.519,70	167.068,21	626.773,85	54,94%
<b>Transferências de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>23.865,21</b>	<b>2.325,00</b>	<b>1.421,00</b>	<b>27.611,21</b>	<b>100,00%</b>
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	8.154,16	0,00	0,00	8.154,16	100,00%
Freguesias	0,00	1.478,36	0,00	0,00	1.478,36	100,00%
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	14.232,69	0,00	0,00	14.232,69	100,00%
Famílias	0,00	0,00	2.325,00	1.421,00	3.746,00	100,00%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>3.700.811,69</b>	<b>635.206,21</b>	<b>902.529,93</b>	<b>377.313,16</b>	<b>1.915.049,30</b>	<b>51,75%</b>
Resultantes do PAEL	411.624,82	0,00	244.758,73	0,00	244.758,73	59,46%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	3.289.186,87	635.206,21	657.771,20	377.313,16	1.670.290,57	50,78%
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Total despesa</b>	<b>26.769.877,08</b>	<b>6.276.028,44</b>	<b>5.691.678,67</b>	<b>4.693.545,63</b>	<b>16.661.252,74</b>	<b>62,24%</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>17.276.161,82</b>	<b>4.695.900,11</b>	<b>4.415.519,05</b>	<b>3.521.312,48</b>	<b>12.632.731,64</b>	<b>73,12%</b>
<b>Despesa de capital</b>	<b>9.493.715,26</b>	<b>1.580.128,33</b>	<b>1.276.159,62</b>	<b>1.172.233,15</b>	<b>4.028.521,10</b>	<b>42,43%</b>





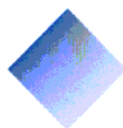
Consideramos novamente que o Plano inicial carece de ajustamentos, sobretudo pela não verificação atual dos pressupostos então usados, nomeadamente nas seguintes áreas:

- Impostos e Taxas – Taxas e revisão de tarifários estipulados e não verificadas;
- Passivos Financeiros – prazos das transferências dos empréstimos que não correspondem ao inicialmente previsto;
- Investimento em bens de capital – obras previstas não realizadas, que precisam de reajustamento para os períodos posteriores. A receita de subsídios ao investimento é fortemente afetada por esta rubrica, pelo que deve ser revista em conformidade.
- Transferências Correntes – Não verificação nas datas previstas da resolução dos processos judiciais em curso, pelo que devem ser deslizados para o futuro.
- Internalização da Turrisespaços – A decisão apenas ocorreu Setembro de 2014 pelo que no Plano não estão consideradas transferências para esta empresa, mas sim o suporte do financiamento da sua atividade internalizada, em conformidade com a situação gerada.

Em resumo, verificaram-se desvios significativos quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa, sendo que parte dos mesmos tem origem em desvios ocorridos no ano de 2013, designadamente atraso no recebimento da última tranche do PAEL (prevista para 2013 e realizado em 2014), a não verificação de vendas de bens de capital, subsídios comunitários que não se realizam devido aos desvio na aquisição de bens de capital, e subsídios a empresas municipais, pela dissolução da empresa municipal.

Evidenciamos mais uma vez tratar-se de uma avaliação de apenas nove meses, sendo que até ao final do ano alguns desvios poderão vir a ser corrigidos ou mesmo aumentados.

O Saldo previsto entre receitas e despesas para o ano de 2014 é de 277.257€ negativos. Contudo, o Município apresenta um saldo (receita-despesa) nos nove primeiros meses de 2014 de 2.009.218€ positivo.



Convém salientar que apesar das execuções reais apresentarem diversos desvios face ao plano inicial, os saldos gerados tem sido bastante mais positivos do que os previstos no plano inicial:

COMPARAÇÃO EXECUÇÃO ORÇAMENTO VS PSF

	2012		2013		2014		Saldo Acumulado	
	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF	Executado (Setembro 2014)	Previsto PSF	Executado (Setembro 2014)	Previsto PSF
Receitas	26 094 026	29 891 525	33 877 641	40 777 138	19 589 702	26 492 590	79 561 369	97 161 254
Despesas	25 865 096	28 834 857	33 745 298	41 628 771	16 661 253	26 769 877	76 271 647	97 233 506
Saldo	228 930	1 056 668	132 342	-851 633	2 928 449	-277 287	3 289 721	-72 252

Destacamos também que de acordo com o Art.º 7 do DL 38/2008, de 07 de Março, no caso de incumprimento do plano de saneamento, aplica-se o disposto no n.º 5 do Art.º 40 da Lei das Finanças Locais, que transcrevemos:

**“ Artigo 40º - Saneamento financeiro municipal**

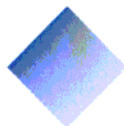
....

5 – O incumprimento do plano de saneamento financeiro, referido no n.º 2, é comunicado, pela assembleia municipal, ao Ministro das Finanças e ao ministro que tutela as autarquias locais e, até à correção das causas que lhe deram origem, determina:

- a) A impossibilidade de contração de novos empréstimos durante um período de cinco anos;
- b) A impossibilidade de acesso à cooperação técnica e financeira com a administração central;”

Pelo exposto recomendamos a reformulação do plano de acordo de acordo com o orçamento aprovado para 2015 e com pressupostos revistos e atuais para o restante período e a sua aprovação pela Assembleia Municipal, DGAL e IGF.





## 7. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Quanto à evolução patrimonial e em termos de grandes rubricas também se verificam desvios significativos entre o previsto e o real.

Assim os valores previstos são os sintetizados no quadro seguinte:

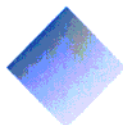
Previsto	2012	2013	Variação (2013 - 2012)
Ativo	169 440 453	165 606 370	-3 834 083
Passivo	84 288 541	79 395 071	-4 893 470
Proveitos e Ganhos	24 410 762	24 452 491	41 729
Custos e Perdas	24 201 582	23 395 202	-806 381
Resultado Líquido Exercício	209 180	1 057 289	848 110

Destes valores salienta-se a tónica colocada na redução do passivo e na contenção de gastos.

Os valores efetivos foram os seguintes:

Real	2012	2013	Variação (2013 - 2012)
Ativo	157 182 944	150 966 845	-6 216 099
Passivo	70 246 372	64 542 613	-5 703 759
Proveitos e Ganhos	21 486 736	22 366 654	879 918
Custos e Perdas	23 678 590	22 993 538	-685 052
Resultado Líquido Exercício	-2 191 854	-626 884	1 564 970

Realçando-se a redução do passivo total superior ao previsto (redução prevista do passivo de 4.893.470€ e redução efetiva de 5.703.759€). Ao nível dos proveitos e ganhos registou-se um aumento de 879.918€ superior aos 41.729€ previstos.



## 8. CONCLUSÕES

O presente relatório pretende dar uma visão global do enquadramento das operações de financiamento descritas comparando os valores e condições previstos com os efetivamente negociados e realizados.

Efetuuou-se uma revisão global da implementação das medidas genéricas previstas no plano.

Com o apuramento de valores de receitas e despesas efetivas do terceiro trimestre, efetuou-se uma análise detalhada dos desvios verificados face aos previstos inicialmente no plano, detalhando-se nas áreas mais significativas as justificações para a ocorrência de tais desvios.

Aprofundaram-se também as diferenças do plano face ao orçamento e as diferenças em termos de evolução patrimonial.

Em face do descrito, recomenda-se a revisão do plano inicial com base em pressupostos atuais e de forma a minimizar os desvios nos próximos anos, nos termos do Art.º 9 da Portaria 281-A/2012, de 14 de Setembro (regulamenta o PAEL) e em conformidade com a exigência prevista no disposto no n.º 5 do Artigo 6º da Lei 43/2012 de 28 de Agosto (aprova o PAEL).

Alertamos também para a redação dos n.ºs 1 e 4, do Artigo 11º (Sanções) da referida Lei n.º 43/2012, que referem que a aprovação de quaisquer atos que violem o cumprimento do Artigo 6.º é considerada uma ilegalidade grave e que o incumprimento dos objetivos definidos constitui facto suscetível de responsabilidade financeira, nos termos previstos nas alíneas b), d) e f) do n.º 1 do Artigo 65º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

No entanto, pese embora os desvios ocorridos entre as rubricas económicas das despesas e das receitas, a execução do orçamento não colocou em causa os princípios de equilíbrio do Plano Inicial, pelo contrário, os saldos finais superam largamente o objectivo estipulado aquando a contratação das linhas de financiamento subjacentes a este plano.